



## RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro 2014, acompanhadas de Notas Explicativas e do Parecer de Auditoria Externa. A Empresa Construtora Brasil, SA ("ECB") fortaleceu o seu campo de atuação no setor de Construção e Infraestruturas, firmando-se nos segmentos da Construção de Estradas, Construção Industrial, Ferrovias e Eletromecânica.

A conjuntura econômica do país no ano de 2014 foi caracterizada por um débil desempenho, com crescimento nulo. No segmento da Construção agravou-se ainda pela dificuldade em concretizar os investimentos programados de infraestrutura que reduziram significativamente a atividade prevista.

Em 2014 a ECB conseguiu superar os objetivos a que se propôs, obtendo um aumento significativo do seu volume de negócios, a melhoria da rentabilidade, o crescimento da sua carteira e a diversificação da sua área de atuação.

A ECB tem também como alvo, a diversificação da sua atividade para dois novos setores de serviços, o setor da operação portuária e o setor do abastecimento de águas e saneamento. Tal como nos serviços urbanos e de meio ambiente, a Companhia prevê desenvolver essa diversificação pela aplicação do know how da Mota-Engil, grupo no qual está inserida. Colocamo-nos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

A Administração

## BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Nota explicativa	2014	2013	
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	31.221	29.310	Fornecedores	20.795	31.318	
Contas a receber de Clientes	5	132.779	97.482	Adiantamento de clientes	25.373	19.164	
Contas a receber de partes relacionadas	6	23.111	1.000	Empréstimos e Financiamentos	14	17.016	
Estoques	8	4.151	-	Impostos correntes a pagar	15	15.086	
Impostos e contribuições a recuperar	6	6.553	2.959	Salários e Encargos Sociais	13	7.468	
Despesas antecipadas	2	2.427	2.888	Dividendos a pagar	13	5.688	
Adiantamento a fornecedores	2	2.672	2.269	Outros passivos	4	8.271	
Outros ativos	3	315	2.619	Total do passivo circulante	96.475	88.331	
Total do ativo circulante	203.229	138.527		<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Empréstimos e financiamentos	14	71.707	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	10.972	-	Impostos Renda e Contribuição Social diferidos	17	27.209	
Contas a receber de partes relacionadas	6	-	7.629	Provisões	15	15.802	
Contas a receber de Clientes	5	18.709	18.709	Total do passivo não circulante	114.718	28.755	
Investimento	9	310	33.269	Total do passivo	210.989	117.087	
Propriedade para investimento	10	4.855	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	16		
Imobilizado	11	97.792	22.575	Capital social	96.599	96.599	
Intangível	12	21.965	21.144	Reserva Legal	1.959	364	
Total do ativo não circulante	154.603	103.326		Reserva de capital	5.810	27.764	
				Reserva de lucros	22.949	39	
				Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP)	19.930	-	
				Total do patrimônio líquido	146.843	124.766	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>357.832</b>	<b>241.853</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>357.832</b>	<b>241.853</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
				Ajuste de Avaliação (APP)	Reserva Legal		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>		<b>94.717</b>	<b>26.268</b>	-	<b>30</b>	<b>572</b>	<b>121.587</b>
Dividendos Pagos						(572)	(572)
Dividendos Pagos, com a reserva de ágio			(453)				(453)
Ajustes dos exercícios anteriores						(6.303)	(6.303)
Aumento de capital por subscrição com ágio		1.882	1.949				3.831
Lucro líquido do período						6.689	6.689
Destinação do lucro líquido							
Reserva legal				334			(334)
Dividendos mínimos obrigatórios						(13)	(13)
Transferência para retenção de lucros						39	(39)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>16</b>	<b>96.599</b>	<b>27.764</b>		<b>364</b>	<b>39</b>	<b>124.766</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial-AAP				22.495			22.495
Realização Deemed Cost Depreciação				(2.565)		2.565	-
Dividendos Pagos, antecipadamente						(3.007)	(3.007)
Dividendos Pagos, com reserva de lucros						(39)	(39)
Aumento de capital por emissão de ações		9.553					9.553
Aumento de capital por subscrição com ágio		27.763	(27.763)				-
Aumento de capital por reserva legal			240		(240)		-
Redução do capital com entrega do investimento na TEBE, conforme AGE de 30/07/14		9 e 16	(37.556)				(37.556)
Reserva de ágio na incorporação ME Brasil - AGE de 31/03/14				5.810			5.810
Lucro líquido do período						28.608	28.608
Destinação do lucro líquido							
Reserva legal					1.430		(1.430)
Dividendos mínimos obrigatórios						(3.787)	(3.787)
Transferência para retenção de lucros						20.384	(20.384)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>16</b>	<b>96.599</b>	<b>5.811</b>	<b>19.930</b>	<b>1.554</b>	<b>22.949</b>	<b>146.843</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Empresa Construtora Brasil SA ("Companhia" ou "ECB") tem como objeto social a execução de obras de engenharia, atuando na construção de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e de mineração, e na construção civil, industrial e eletromecânica em todo o território nacional. A companhia encontra-se a executar obras prioritárias de implantação e duplicação, visando a melhoria da capacidade de várias rodovias no Estado do Mato Grosso na construção de um sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) e em obras privadas para a Vale S.A., nos estados de São Paulo e Minas Gerais. No ano de 2014 a Companhia constituiu com a parte relacionada do Grupo Mota-Engil ("SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente S/A"), uma joint venture denominada ECB Suma Participações S.A., na qual a ECB possui participação de 57,15% sobre o capital. A sociedade constituída adquiriu participação na empresa CONSTISA S.A., com atuação na área ambiental, de limpeza urbana, coleta e tratamento de resíduos. 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A apresentação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PMEs (R1), requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas. As políticas contábeis que possuem maior complexidade em suas estimativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa nº 3.15. 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 3.1 Caixa e equivalentes de caixa. Estão representados por contas bancárias disponíveis e por aplicações financeiras de curto prazo, com vencimentos originais de até noventa dias a contar da data da aplicação financeira, constituídos de títulos de alta liquidez, convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. 3.2. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização e decorrem de prestações de serviços de engenharia e vendas de mercadorias atreladas a construção de empreendimentos. 3.3. Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. 3.4. Investimentos: O investimento em controlada em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. 3.5. Imobilizado: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, combinado com aplicação do custo atribuído (Deemed Cost), deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui os gastos que são di-

retamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de um ativo. A adoção do Custo Atribuído (Deemed Cost) na nota 8, foi baseada na resolução CFC nº 1.255/09 - NBCTG 1000 (NBC T 19.41) e na resolução CPC nº 1.263/09 - ITG 10. Os ajustes tomaram por base, laudo de empresa especializada independente, que avaliou o valor de mercado, a vida útil remanescente, bem como o valor residual. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo sua vida útil seja integralmente baixada. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou ainda, por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado, são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício pelos seus valores líquidos. 3.6. Propriedade para investimento: As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter rendas ou para valorização do capital, ou para ambas. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens, para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital, são registrados como propriedades de investimentos e mensurados utilizando o método de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento, são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram. 3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos: Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, uma perda é reconhecida no resultado do exercício. 3.8. Arrendamento financeiro: Os contratos que transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem, como por exemplo, situações em que existe previsão de opção de compra, na qual o preço de aquisição determinado ou o valor residual seja inferior ao valor de mercado, são reconhecidos como arrendamento financeiro pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor, sendo registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos. 3.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: A Compa-

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2014	2013
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS	19	325.033	130.555
CUSTOS DE VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(265.178)	(104.923)
LUCRO BRUTO		59.855	25.632
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
- Receita de investimentos	10	2.811	-
- Despesas gerais e administrativas	20	(23.171)	(21.191)
- Resultado da equivalência patrimonial		3.317	3.331
- Outras receitas/despesas operacionais, liquidadas		(4.462)	584
- Total		(21.505)	(17.276)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		38.350	8.356
RESULTADO FINANCEIRO	21	1.686	3.862
Receitas financeiras		(8.489)	(3.590)
Despesas financeiras		(6.803)	272
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		31.547	8.628
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
- Correntes	17	(2.939)	(1.939)
- Diferidos		(2.939)	(1.939)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		28.608	6.689
Lucro por ação		0,2419	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	28.608	6.689
Valores que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício quando condições específicas forem atendidas	-	-
Resultado abrangente total do período	28.608	6.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

nhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, à alíquota de 25% sobre o lucro tributável. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável ajustado conforme legislação específica. O lucro tributável difere do lucro apresentado nas demonstrações de resultado, porque inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são constituídos na medida que seja provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que estes sejam realizados. A recuperação do saldo de imposto de renda diferido é revisada no final de cada período de relatório. 3.10. Para as SCP's, a Companhia adotou a sistemática fiscal do lucro presumido. Com base nessa última sistemática, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social de cada empresa, foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para a atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada período (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240 anuais para imposto de renda, e 9% para contribuição social). 3.11. Contratos de construção: Quando os resultados de um contrato de construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa. 3.12. Consórcios: As participações em Consórcios são reconhecidas linha a linha nas contas do Balanço e da Demonstração do Resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio, uma vez que a Companhia detém direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, de acordo com a sua participação. 3.13. Sociedade em conta de participação: Os contratos para execução de obras através das Sociedades em Contas de Participação (SCP's), têm as operações integralmente contabilizadas nas contas de Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado. O direito ou a obrigação de cada sócio oculto na SCP, são reconhecidas no balanço patrimonial em conta de ativo (obrigação do sócio oculto) ou em conta de passivo (direito do sócio oculto), uma vez que a Companhia detém direitos e obrigações para com os sócios ocultos na medida da participação do mesmo. 3.14. Intangível: Valor correspondente ao acervo técnico líquido, apurado em laudo elaborado por empresa especializada e contabilizado conforme aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2003. 3.15. Provisões: O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. 3.16. Estimativas contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil do ativo imobilizado e do intangível, realização de impostos diferidos ativos, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas, pelo menos anualmente. 3.17. Reconhecimentos de receita: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - Os valores de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são apresentados líquidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável, e estão compostos como segue:

	2014	2013
Caixa e Bancos	22.259	2.742
Aplicações Financeiras	8.962	27.168
<b>TOTAL</b>	<b>31.221</b>	<b>29.910</b>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e foram remuneradas à taxa que varia entre 98% a 108% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante contábil de caixa.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes estão compostas como segue:

	2014	2013
Contas a receber de clientes	69.554	35.669
Medições e serviços a faturar	83.227	80.522
Outras contas a receber		
- Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.293)	-
<b>Total</b>	<b>151.488</b>	<b>116.191</b>
Circulante	132.779	97.482
Não Circulante	18.709	18.709

O prazo de vencimento das contas a receber é como segue:

	2014	2013
A vencer	42.794	26.454
Vencidos há mais de 30 dias	26.454	38.930
Vencidos há mais de 360 dias	14.480	44.603
Medições e serviços a faturar	44.603	44.603
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.293)	-
<b>Total</b>	<b>151.488</b>	<b>116.191</b>

O período médio de recebimento na venda de produtos é de 30 dias. A empresa constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber, vencidas há mais de dois anos, com base nos valores irreperíveis estimados, determinados em experiências passadas de inadimplência e na análise da situação financeira atual de cada devedor. Ademais, os créditos que se encontram em processos judiciais em andamento e não se enquadram na política, serão determinados para provisão, de acordo com a decisão da diretoria e do conselho de administração. O saldo das contas a receber de clientes classificados no não circulante no

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	2014	2013
Lucro líquido do exercício		28.608	6.689
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa consumido pelas atividades operacionais			
- Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	20	10.296	5.351
- Equivalência patrimonial	9	(3.317)	(3.331)
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa		1.293	-
- Variação cambial		(369)	-
- Valor residual baixado		1.198	22
- Valor justo propriedade para investimento	10	(2.811)	-
- Total		34.898	8.731
(Aumento) redução dos ativos operacionais		(35.297)	(52.623)
Contas a receber		(15.714)	(13.125)
Outras Contas a receber		(4.151)	-
Estoques	8	(55.162)	(65.748)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
- Fornecedores		(10.520)	29.197
- Adiantamento de clientes		6.209	19.164
- Juros pagos		(492)	(2.962)
- Dividendos recebidos de controlada em conjunto		-	3.000
- Impostos diferidos ativos/passivos, líquido	17	11.165	10.553
- Outros passivos		26.020	1.053
- Total		32.382	49.452
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>12.118</b>	<b>(7.565)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisição de imobilizado	11	(63.688)	(11.787)
Aquisição de intangível		(1.326)	-
Pagamento na aquisição de propriedade de investimento		(2.044)	-
Aquisição de investimento	9	(300)	-
<b>Caixa líquido (consumido) aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(67.358)</b>	<b>(11.787)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Aumento de capital social por emissão de ações	16	9.553	3.831
Obtenção (Pagamentos) de empréstimos, líquido			
- Dividendos pagos e a pagar	13	(6.834)	(7.852)
<b>Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>(7.281</b>	



# EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S.A.

## BELO HORIZONTE - MG

CNPJ 17.164.435/0001-74

02/20

No entanto o montante integralizado até dezembro, corresponde a R\$ 300 mil reais. A ECB possui 57,15% de participação societária na ECB SUMA. As atividades relevantes da ECB SUMA são determinadas por seu Conselho de Administração, por maioria simples dos votos. A Companhia não realiza operações ou transações comerciais e financeiras com a empresa controlada em conjunto. As contas da companhia são auditadas e devidamente publicadas.

### 10. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

#### II. IMOBILIZADO

	Taxa Média Depreciação Anual %	Custo	2014		2013	
			Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Saldo Líquido
Bens Imóveis.....	4%	12.699	(379)	12.320	3.899	3.603
Maq. Equip. Diversos .....	20% e 25%	96.525	(30.581)	65.944	36.018	12.024
Veículos.....	20%	35.405	(16.254)	19.151	20.799	6.761
Móveis e Utensílios.....	10%	582	(205)	377	273	95
<b>TOTAL.....</b>		<b>145.211</b>	<b>(47.419)</b>	<b>97.792</b>	<b>60.989</b>	<b>22.483</b>
		<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo 2014</b>
Bens Imóveis.....		3.603	-	(83)	-	12.320
Maq. Equip. Diversos .....		12.024	(10.325)	(7.890)	-	65.944
Veículos.....		6.761	(3.349)	(2.216)	(45)	19.151
Móveis e Utensílios.....		95	(10)	(26)	45	377
<b>TOTAL.....</b>		<b>22.483</b>	<b>(13.684)</b>	<b>(10.215)</b>	<b>-</b>	<b>97.792</b>

A Companhia apurou e registrou em 2014 o Custo Atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado, com a contratação da empresa especializada para prestação do laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo por objeto desta avaliação, a totalidade dos ativos registrados no imobilizado. O laudo avaliou os valores dos ativos em R\$ 42.616, que comparados com os valores residuais contábeis nas datas, gerou Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP de R\$ 35.837. O AAP foi registrado diretamente em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido, com a dedução do valor do IRPJ e CSLL diferidos, no montante de R\$ 12.185. **12. ATIVO INTANGÍVEL.** - O valor do intangível de R\$ 21.144, corresponde a acervo técnico, apurado em laudo elaborado por empresa especializada e contabilizado conforme aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2003. Para o ano de 2014, realizou-se teste de impairment, que atestou a recuperabilidade dos ativos intangíveis. **13. DIVIDENDOS A PAGAR.** - Durante o exercício de 2014, foram pagos dividendos no montante de R\$ 3.007 mais R\$ 39, referente a dividendos pagos antecipadamente e reservas de lucros. Adicionalmente, no final do exercício foram acrescidos ao saldo, os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2014, no montante de R\$ 6.794. **14. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS.** - Os financiamentos para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para integrar o ativo imobilizado da Companhia e os empréstimos para capital de giro, vencíveis a longo prazo, são os seguintes:

	Taxas %	2014	2013
<b>Capital de Giro</b>			
Banco Itaú.....	4,71% + CDI	-	3.000
Banco do Brasil.....	3% + CDI	27.081	17.826
Bonsucesso.....	8,73% + CDI	1.586	-
Santander.....	9,35% + TJLP	4.909	-
		<b>33.576</b>	<b>20.826</b>
<b>Operações Finance</b>			
Banco Itaú.....	4,20%	118	160
CAT Financeira.....	3,5% + TJLP	8.649	2.304
Banco do Brasil.....	4,5 + TJLP	30.488	10.821
Volvo Financeira.....	6% + TJLP	4.240	-
Santander.....	9,39% + TJLP	3.996	-
		<b>47.491</b>	<b>13.285</b>
<b>Operações Leasing</b>			
Banco Itaú.....	1,36 + TJLP	177	428
Banco do Brasil.....	1,40%	8	32
Banco Bradesco.....	1,36 + TJLP	3.409	-
Banco Banrisul.....	1,20 %	1.967	-
Santander.....	1,24 + TJLP	2.095	-
		<b>7.656</b>	<b>460</b>
<b>Operações CDC</b>			
Caterpillar Financeira.....	1,30 + TJLP	-	212
		-	<b>212</b>
<b>Total.....</b>		<b>88.723</b>	<b>34.783</b>
Circulante.....		17.016	11.100
Não Circulante.....		71.707	23.682
Crônomograma de vencimentos:			
ANO		<b>2014</b>	
2015.....		17.017	-
2016.....		22.836	-
2017.....		16.724	-
2018 a 2024.....		32.146	-
<b>Total.....</b>		<b>88.723</b>	
<b>GARANTIAS.</b> - Como garantia às obrigações assumidas nos contratos de financiamento de ativo fixo, a totalidade dos equipamentos adquiridos é dada em alienação fiduciária em favor do agente financeiro. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de custo destes equipamentos era de R\$ 10.053. Como garantia às obrigações assumidas nos contratos de financiamentos de capital de giro, o saldo da totalidade dos contratos dos clientes ANGLO FERROUS e o DNIT (Duplicação BR 381) é dada como alienação fiduciária. <b>COVENANTS.</b> - Os empréstimos obtidos pela Companhia não possuem cláusulas de covenants. <b>ARRENDAMENTO MERCANTIL.</b> - A Companhia possui contrato de arrendamento (leasing) financeiro, referente a compra de veículos de uso administrativo e operacional. O contrato possui prazo médio de duração que varia de 48 a 60 meses e cláusula de opção de compra ao término do contrato. Em 31 de dezembro de 2014, o valor custo dos ativos imobilizados adquiridos por meio de leasing, é de R\$ 9.367. Ainda em 31 de dezembro de 2014, os escalonamentos dos vencimentos dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro e os seus valores presentes, são como segue:			
		<b>Pagamentos futuro</b>	
Período após a data do balanço			
Até 12 meses.....		2.074	-
Entre 13 e 32 meses.....		5.582	-

Aquisição Terreno Sabará.....	2014
Ajuste ao valor justo.....	2.044
	<b>4.855</b>

A companhia realizou a compra de um terreno situado na cidade de Sabará, para fins de valorização. Em 31 de dezembro foi determinado o valor justo por avaliadores independentes, não relacionados com a Companhia.

### 15. PROVISÕES

Provisão para paralização de obra.....	2014
Provisão para contingências.....	15.366
	<b>436</b>
	<b>15.802</b>

A provisão no montante de R\$ 15.366 é referente a estimativa de custos de manutenção de equipamentos a ocorrer durante o ano de 2015, objeto da paralização da obra VLT em Cuiabá, registrada em dezembro de 2014. Adicionalmente, com base nas indicações dos advogados, a companhia contabilizou uma provisão para contingências civis e trabalhistas de R\$ 436. **16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Capital Social.** - Em 30 de junho de 2014, o capital social da empresa passou de R\$ 96.599 para R\$ 106.151, mediante emissão de 6.240 novas ações preferenciais, nominativas, indivisíveis e sem valor nominal, a um preço de R\$ 1, 5307 por ação, totalizando o valor de emissão no montante de R\$ 9.553, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas. Na mesma data, a Companhia integralizou em sua totalidade, R\$ 28.003, passando de R\$ 106.151 para R\$ 134.155, mediante a capitalização de valores contabilizados nas contas de Reserva Legal e Reserva de Ágio na emissão de ações. O aumento de capital é realizado com a emissão de 44.478 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Posteriormente aos aumentos, houve a redução de capital, decorrente do resgate da totalidade de 34.601 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, por seu valor patrimonial contábil correspondente a R\$ 37.556, sendo a devolução do capital relativas às ações que a Companhia detinha da TEBE. Após aumentos e redução, o capital social manteve-se o mesmo, idêntico ao capital social verificado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 96.599, totalmente subscrito e integralizado, representado por 118.262 ações nominativas, indivisíveis e sem valor nominal. **Reserva de capital.** - Em 31 de março de 2014, houve a cisão total da acionista ME Brasil na ECB e na MEBR, ocasionando desta forma, uma incorporação reversa. O ágio registrado na incorporação no montante de R\$ 20.104, gerou um benefício fiscal no valor de R\$ 6.835, tendo em vista que há benefícios econômicos a serem auferidos. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é referente ao benefício deduzido a amortização do ano de 2014. Aos acionistas é garantido dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

Lucro líquido do exercício.....	2014	
Reserva legal.....	1.430	
Ajuste de anos anteriores.....	-	
Lucro líquido ajustado - Base para os dividendos.....	27.178	
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%.....	6.794	
Destinação do saldo remanescente para retenção de lucros.....	20.384	
Ajuste de Avaliação Patrimonial - O saldo registrado refere-se aos efeitos do ajuste do custo atribuído (Deemed Cost) dos itens do ativo imobilizado contabilizados em 2014, conforme descrito na nota explicativa n° 11 e deduzido da provisão de imposto de renda diferido, conforme descrito na nota n° 17. A medida que os bens objeto de atribuição de novo valor são depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores são, simultaneamente, transferidos da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros e Prejuízos Acumulados. <b>17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.</b> - O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil.		
A composição dos impostos diferidos é a seguinte:		
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>IR/CS</b>	<b>IR/CS</b>

<b>Impostos Diferidos Passivos</b>		
Sobre lucros com órgãos Governamentais.....	13.132	6.303
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	10.205	-
Receita reconhecida e não recebida.....	1.433	-
Valor Justo p/ Propriedade de Investimento.....	956	-
Depreciação vida útil e fiscal.....	1.483	-
<b>Total Impostos Diferidos Passivos.....</b>	<b>27.209</b>	<b>6.303</b>
<b>Impostos diferidos Ativos</b>		
Provisão para contingências e crédito de Liquidação Duvidosa.....	588	-
Ágio.....	5.810	-
Prejuízos fiscais.....	4.574	1.231
<b>Total Impostos Diferidos Ativos.....</b>	<b>10.972</b>	<b>1.231</b>
<b>Total dos impostos diferidos líquidos (ativo) / passivo.....</b>	<b>16.237</b>	<b>5.072</b>
A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:		

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	2014	2013
Alíquota.....	IR/CS	IR/CS
Imposto de renda e contribuição social nominais.....	31.547	8.628
Adições permanentes*.....	(10.726)	(2.934)
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados.....	20.821	5.694
Imposto de renda e contribuição social.....	(2.939)	(1.939)
Alíquota.....	34%	34%

Itens	Importância Segurada Em R\$ mil	
	2014	2013
Riscos de Engenharia.....	730.000	730.000
Responsabilidade Civil.....	540.000	540.000
Outros Seguros (patrimoniais, equipamentos, etc.).....	2.065	2.065
Garantias (seguro garantia e fiança bancária).....	271.436	271.436
<b>TOTAL.....</b>	<b>1.543.501</b>	<b>1.543.501</b>

### 19. RECEITAS

Receita de Serviços.....	282.050	104.562
Revenda de Mercadorias.....	70.863	34.556
<b>RECEITA BRUTA.....</b>	<b>352.913</b>	<b>139.118</b>
Impostos sobre Venda e Serviços.....	(27.880)	(8.563)
<b>RECEITA LÍQUIDA.....</b>	<b>325.033</b>	<b>130.555</b>

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Antônio Vasconcelos Mota dos Santos  
Presidente do Conselho de Administração  
• Eduardo Costa Simões  
• João Pedro dos Santos Dinis Parreira  
• José Lúcio Rezende Filho  
• Luis José Donas Boto Vaz Pato  
• Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha

### DIRETORIA

Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha - Diretor Presidente  
Luis José Donas Boto Vaz Pato - Diretor Vice-Presidente  
Duarte Nuno Viana de Oliveira Braga - Diretor Financeiro  
Gilberto Tavares dos Santos - Diretor - Diretor de Operações

Contador Responsável:  
Altair Valadares Dias - CRC MG 30510

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO DE 2014

Aos Administradores e Acionistas da Empresa Construtora Brasil S/A. Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Construtora Brasil S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### 1. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### 2. Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com os normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras são livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### 3. Base para opinião com modificação

(a) Em 31 de dezembro de 2014 as contas a receber de clientes por medições a futuro incluem o valor de R\$ 19.915 mil pleiteados formalmente em janeiro de 2011, e objeto de ação judicial proposta em 28 de março de 2014, visando principalmente ao (i) ressarcimento de prejuízos sofridos durante o contrato da obra, (ii) a anulação de débito constituído pelo órgão público contratante, e (iii) restituição de valor retido pelo mesmo órgão contratante, devidamente atualizados. Os advogados da companhia informam que a probabilidade de sucesso é possível. A auditoria não pode concluir sobre a necessidade ou não de contabilizar provisão para eventual perda na realização destes créditos, sobre os quais foram contabilizadas as provisões no valor de R\$ 6.829 mil para os encargos tributários incidentes na competência dos exercícios.

(b) Conforme descrito nas Notas explicativas n° 3.5) e 11 às demonstrações financeiras, a companhia contabilizou neste exercício, em abril de 2014, o custo atribuído (deemed cost) de bens imóveis, máquinas/equipamentos e veículos, conforme admitido pela ITG 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, com contrapartida na conta de

Matérias-primas e materiais de consumo.....	2014	2013
Materiais vendidos.....	59.420	26.796
Despesas de depreciação e amortização.....	28.790	23.123
Despesas com folhas de pagamento.....	10.296	5.351
Despesas com aluguéis e estrutura.....	81.157	39.214
Despesas manutenção e contr. serviços.....	26.428	941
Despesas com energia elétrica.....	60.111	21.635
Impostos, taxas e encargos.....	333	466
Despesas de viagens.....	1.920	730
Provisão de Custos.....	3.100	897
Outros.....	12.079	-
	<b>4.715</b>	<b>6.961</b>
<b>TOTAL.....</b>	<b>288.349</b>	<b>126.114</b>
Custo das Obras e Serviços.....	265.178	104.923
Gerais e administrativas.....	23.171	21.191
<b>TOTAL.....</b>	<b>288.349</b>	<b>126.114</b>

### 21. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto basicamente por:

	2014	2013
<b>RECEITA FINANCEIRA</b>		
Juros de aplicação financeira.....	1.472	3.788
Outros.....	214	74
<b>TOTAL.....</b>	<b>1.686</b>	<b>3.862</b>
<b>DESPESA FINANCEIRA</b>		
Juros emp. e Financiamentos.....	(7.697)	(3.489)
Outros.....	(792)	(101)
<b>TOTAL.....</b>	<b>(8.489)</b>	<b>(3.590)</b>

### 22. REMUNERAÇÃO PAGA AOS DIRETORES DA COMPANHIA - A remuneração paga aos diretores da companhia durante o exercício findo em 2014, foi de R\$ 2.250. **23. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - A diretoria autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 04 de março de 2015, as quais considera os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido, sobre o qual foram contabilizadas também as provisões para imposto de renda e Contribuição social, no passivo não circulante. O valor foi apurado em Laudo de Avaliação por empresa especializada, incluindo a vida útil estimada para fins de novos cálculos de depreciação sem, contudo, informar o valor residual estimado para cada bem. Na aplicação inicial desta norma são requeridos pelos itens 24 e 42(b) da referida ITG 10, ajustes retrospectivos nas demonstrações financeiras apresentadas para fins comparativos, os quais não foram adotados pela companhia. Não foi praticável à auditoria quantificar os ajustes que seriam necessários sobre as demonstrações financeiras do exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2013, incluídas para fins de comparação.

#### 4. Opinião com modificação

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do fato mencionado no parágrafo 3(a) e quanto ao fato descrito em 3(b) acima, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Construtora Brasil S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 5. Enfase

(a) Do saldo de R\$ 37.473 mil relativos a Contas a Receber de clientes - medições de serviços a futurar, pela Companhia, outros que não os descritos em 3(a) acima, o valor de cerca de R\$ 15.984 mil estava aguardando autorização para faturamento na data de emissão deste relatório.

(b) Conforme descrito na Nota explicativa n° 5, Contas a receber de clientes classificadas no ativo não circulante no valor de R\$ 18.709 mil, referentes a encargos financeiros sobre contratos de obras para o Poder Público, sobre os quais a sociedade ajuizou ação judicial obtendo sentenças favoráveis já transitadas em julgado, os advogados informam que aguarda-se o despacho judicial final para a execução da sentença.

#### 6. Outros assuntos

(a) Sociedades em Conta de Participação (SCP's)  
A companhia é sócia ostensiva de sociedades em conta de participação, constituídas com objetivo de executar obras e serviços do seu objeto social, cujas receitas, custos, despesas e resultados são escrituradas à parte, porém incluídas nas suas demonstrações financeiras para fins de apresentação.

(b) Valores das demonstrações financeiras individuais do exercício anterior  
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores de acordo com o relatório emitido em 28/04/2014, e continua opinio com ressalva sobre o assunto mencionado no parágrafo 3(a) acima, sobre o fato de não ter auditado as demonstrações financeiras da entidade controlada Concessionária de Rodovias Tebe S/A e a mesma ênfase em 5(b) acima.

Belo Horizonte, 06 de março de 2015



CASTRO SERRA NIRDO  
Auditores Independentes  
CRC/MG 190  
Valter Caixeta Borges  
Contador CRC/MG 17.698